



**XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

**(DES)CAMINHOS DA INTEGRAÇÃO EDUCAÇÃO E TRABALHO NA PROPOSTA DOS
INSTITUTOS FEDERAIS**

Selton Evaristo de Almeida Chagas

seachagas@gmail.com

Universidade Federal de Goiás / Instituto Federal de Mato Grosso

Brasil



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

(DES)CAMINHOS DA INTEGRAÇÃO EDUCAÇÃO E TRABALHO NA PROPOSTA DOS INSTITUTOS FEDERAIS

RESUMO

A educação profissional, técnica e tecnológica gerida pelo governo federal brasileira passa por uma importante reconfiguração com a criação da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica em 2008, e sua posterior ampliação e interiorização pelo Brasil. Criada no governo Lula, (2003-2010) sob o discurso de reestruturar a educação técnica federal desmantelada na gestão Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), a Rede Federal constitui-se como uma outra institucionalização das políticas públicas federais empreendidas pelo Estado direcionadas à formação técnica e profissional. Os Institutos Federais (IFs) correspondem a 90% das instituições pertencentes à Rede Federal, e possuem sua origem na fusão dos Centros Federais de Educação Tecnológica com as escolas agrotécnicas federais preexistentes em cada estado brasileiro, formatando-se em institucionalidades diferenciadas das anteriores, em sua parte administrativa, orçamentária e pedagógica. Das propostas que se objetivaram nos estatutos que norteiam os IFs, a possibilidade da integração entre educação e trabalho, por meio do ensino integrado apresenta-se no discurso oficial como um dos caminhos da construção da formação do estudante. Estudos realizados acerca da institucionalidade e das práticas educacionais realizadas nos IFs apontam que, embora essa reconfiguração amplie as possibilidades de formação para os estudantes brasileiros, especialmente os oriundos das classes trabalhadoras, a integração entre trabalho e educação, quando ocorre, se desenvolve dentro da lógica do capitalismo dependente (com base na análise do desenvolvimento do capitalismo na América Latina realizada pelo sociólogo brasileiro Florestan Fernandes). A integração educação e trabalho proposta pelos IFs tende prioritariamente à saída pelo mercado, por meio do discurso do empreendedorismo e da empregabilidade aos estudantes, como objetivos pragmáticos da formação técnica e profissional. Apesar da integração trabalho e educação apresentar-se mediada pelo mercado, apresenta-se a tendência oficial de escamotear as contradições entre capital e trabalho no modo de produção capitalista, sobretudo, às que estão vinculadas às determinações do modelo de capitalismo dependente formado nos países da América Latina. Embora essas práticas educacionais possam estar hegemonicamente mediadas pelas relações de mercado em desenvolvimento no capitalismo dependente, há de se considerar que a expansão dos Institutos pelo interior do país e a ampliação de vagas na última década, em especial para estudantes advindos de classes subalternizadas, tendem a deixar o cenário mais complexo. Pesquisas sobre IFs vêm apontando também as potencialidades para o desenvolvimento de uma educação libertadora, considerando-os como um dos campos de disputas em que se apresentam e se desenvolvem as contradições dos projetos de educação e sociedade. Assim mesmo subsumidos a esta lógica, os IFs podem se apresentar como espaços de representação dos estudantes das classes trabalhadoras, enquanto agentes que corroboram o desenvolvimento das contradições presentes nas propostas de integração educação e trabalho.

Palavras-chave: integração educação e trabalho, Institutos Federais, educação profissional e tecnológica.



XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

THE WAYS (MISPLACED) OF INTEGRATION BETWEEN EDUCATION AND LABOUR IN THE BRAZILIAN FEDERAL INSTITUTES PROPOSAL

ABSTRACT

The professional, technique and technological education managed by Brazilian federal government has gone through an important reconfiguration after the foundation of Federal Network of Technological Education in 2008, and it had had a several enlargement for Brazilian interior. It was built by Lula Government (2003-2010) with the speech that goal to restructure the technique education dismantled by Brazilian president FHC (1995-2002), the Federal Network constitutes as other institutionalization of public policies managed by Brazilian State, directed for technique and technological students formation. The Federal Institutes (IFs) correspond to 90% of school institutions that belong to Federal Network, and they have originated on fusion of Federal Technological Education Centers with the federal agrotechnical schools, both already existed in each Brazilian state. The new institutions become different of their precessors, in the sector managerial, financial and pedagogical. About the proposals that are in IFs' statutes, the possibility of integration between labor and education, through the teaching integrated, present in the official speech as main way for building of student formation. Studies realized about these schools show us that, although this reconfiguration increases the possibilities for formations to Brazilian students especially from working classes, this integration between labor and education, when it occurs, it developed inside the dependent capitalism logic (based in the theory about the capitalism development by Latin America, by Brazilian sociologist Florestan Fernandes). The integration between labor and education leans to capitalist market, through the speech that saws about entrepreneurship and employability to students. Whilst these integration presents mediated by capitalism market, it hides the contradictions between labor and capital in the capitalism way of production, mainly those contradictions linked to dependent capitalism begins in Latin America countries. Even these educational practices can be mediated hegemonically by market relations, must be considered the increase of the IFs around Brazilian territory, new and various social agents by popular classes (as poor and working people) begin participating of this way of technological and professional education, and it is becoming this scenario more complex than before. Recent researches about IFs has been presenting possibilities for development by policies for libertarian education, that consider the contradictions in the body of educational policies inside the capitalist way of production. So, even subject to the market logic, the IFs can present as spaces for students began working classes. These students as new social agents in this context, corroborate to the development of contradictions present in proposal pedagogical and politic by IFs, that has linked integration between labor and education.

Keywords: integration between labor and education, IFs, professional and technological education.



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

I. Introdução

Este trabalho apresenta uma discussão acerca da integração entre educação e trabalho na proposta dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs) no Brasil. Consiste em parte dos estudos em andamento realizados no âmbito da produção de uma tese de doutoramento em Sociologia deste autor, que se encontra em desenvolvimento. Propôs-se a estudar os IFs considerando a relevância que estas instituições adquirem no atual cenário da educação técnica, tecnológica e profissional no Brasil, enquanto uma política pública que gerou maciços investimentos públicos na última década para esta modalidade de educação, além de sua ampliação para o interior do país, expandindo o acesso desse modelo de educação que, antes encontrava-se restrito a algumas capitais e cidades médias, bem algumas localidades rurais (no caso das escolas agrícolas).

A criação dos IFs pertencentes à Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, por meio da Lei 11892/2008 está no contexto das políticas para reestruturação da educação técnica, profissional e tecnológica adotadas pelo governo brasileiro naquele contexto. Segundo Amorim (2013), a Rede Federal, que dá origem aos Institutos Federais, foi organizada juntamente com outras políticas educacionais federais durante o governo do Presidente Lula (2003- 2010), em crítica ao desmantelamento da educação profissional, promovida durante a gestão do Presidente Fernando Henrique Cardoso (1995-2002). Dados do sítio do Ministério da Educação apontam que em 2016, a existência de 38 Institutos Federais, com 602 *campi* existentes em 568 municípios brasileiros¹.

As críticas que se colocaram naquele contexto assentavam-se sobre a associação das políticas públicas para a educação profissional, técnica e tecnológica (EPTT) construídas durante o governo FHC ao desenvolvimento da agenda neoliberal para a educação, com consequente redução do Estado e abertura para a privatização da educação pública. Assim como a intensificação de perspectivas

¹ Os dados disponíveis no sítio do Ministério da Educação agregam todas as instituições componentes da Rede Federal, pela lei 11682/2008. Assim sendo, considera os dois CEFETs (MG e RJ), as 25 escolas vinculadas a Universidades, os 14 *campi* do Colégio Pedro II e UTFPR, o que totaliza um total de 644 *campi* da Rede Federal em 2016. Dados do sítio: <http://redefederal.mec.gov.br/expansao-da-rede-federal>. Acesso em 10/01/2017.



**XXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

pedagógicas mais coerentes com o mercado, como a pedagogia das competências², que “atualiza” a educação para os novos paradigmas produtivos do capitalismo, ligados à acumulação flexível de capital (Harvey, 2003), ao neoliberalismo e à globalização.

O discurso inicial dos IFs, conforme Frigotto (2016), apontava a necessidade de articulação de esforços para a construção de políticas públicas educacionais nestas instituições, no sentido de acentuar o combate à dualidade estrutural, bem como o foco na formação do estudante para “a vida e para o trabalho”, discurso este que coloca a necessidade da formação humana para a “emancipação”. Segundo Eliezer Pacheco, secretário de Educação Tecnológica do Ministério da Educação durante 2005 e 2011 (período de criação dos IFs), em entrevista concedida a Fornari (2017), são conceitos fundamentais que orientaram a criação dos Institutos Federais: a) a Formação Humana Integral;³ b) Cidadania; c) Trabalho, Ciência, Tecnologia e Cultura; d) Trabalho como princípio educativo; e) Educando enquanto produtor de conhecimentos (Fornari, 2017, p. 115).

A perspectiva de Pacheco (Fornari, 2017) expressa em programas de desenvolvimento institucional dos Institutos Federais, e passível de ser interpretada nas Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio e nas Diretrizes para Educação Profissional Técnica de Nível Médio, tende a orientar um discurso político e pedagógico no interior dos IFs. Tal perspectiva da relação entre educação e trabalho, por meio da educação tecnológica e profissional, já se construía nos planejamentos pedagógicos e políticos institucionais dos CEFETs⁴ ainda na década de 1990.

² A pedagogia das competências está ligada às chamadas teorias do capital humano, sendo um importante referencial na das Diretrizes Curriculares Nacionais de 1998, que orienta a realização a constituição prática dos preceitos da lei 9394/1996, a lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Ramos (2004) afirma que esse modelo se centra no desenvolvimento de competências genéricas e flexíveis, no qual as pessoas pudessem se adaptar facilmente às incertezas do mundo contemporâneo. Desse modo, visando a formação de recursos humanos para o capital, sob as categorias consolidadas da globalização e do neoliberalismo.

³ “Trata-se de superar a divisão do ser humano entre o que pensa e aquele que trabalha, produzida pela divisão social do trabalho, presente na formação voltada ao ‘treinamento’ para a execução de determinadas tarefas. Antes de formar o profissional, trata-se de formar o cidadão, capaz de compreender o processo produtivo e seu papel dentro dele, incluindo as relações sociais estabelecidas a partir daí” (Fornari, 2017, p. 115).

⁴ Os CEFETs – Centros Federais de Educação Tecnológica e Profissional, criados inicialmente na década de 1980, foram uma institucionalização anterior da Rede Federal, que antecedeu aos IFs. Desde 1909, com a primeira institucionalização da educação técnica e profissional gerenciada e financiada pelo governo federal, mudanças de gestão e de panorama quanto às intencionalidades dessa modalidade de formação alteraram não somente a nomenclatura dessas unidades educacionais, mas seus status administrativo, gerencial, político e pedagógico. Para conhecer mais sobre as várias



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

Depreende-se um, entre muitos questionamentos possíveis, acerca desse novo modelo de estruturação da EPTT nos IFs: a integração entre educação e trabalho, como uma das orientações político-pedagógicas que nortearia as práticas educacionais dos IFs, concorre para uma superação ou transformação dos modelos anteriores de formação técnica, tecnológica e profissional, que se baseiam historicamente na reprodução da dualidade estrutural na educação, especialmente nesta modalidade? Esse questionamento é a base para a discussão construída nesse trabalho, a partir da leitura de obras que se dedicaram à discussão entre integração entre educação e trabalho e as novas políticas para a EPTT, sobretudo a partir da criação e efetivação dos IFs.

II. Marco teórico

Nesta proposição de análise teórica, com base nos objetivos dispostos na Introdução, parte-se de Mészáros (2009) quanto a constituição de determinações estruturais, ou nas palavras do autor, as “premissas práticas” ligadas ao desenvolvimento de orientações teórico-práticas e políticas na condução das políticas públicas em educação no Brasil. Apresentam-se as disposições analisadas por Ciavatta (2015) quanto às determinações de longa, média e curta duração para a pesquisa da EPTT no Brasil. Desse modo, os objetivos da integração entre educação e trabalho nos IFs pode ser compreendido considerando tais determinações, bem com sua constituição na concretude das práticas educacionais.

Mészáros (2009) chama as determinações estruturais de *premissas práticas*, que frequentemente não são mencionadas (ou mencionáveis) por pesquisadores em educação e gestores públicos e privados, mas que são absolutamente necessárias para a análise de um objeto de pesquisa e de produção de políticas públicas como a educação. Tais premissas encontram-se inseridas na ordem sociometabólica do modo de produção, e encontram ativamente incorporadas (e naturalizadas) nos *sistemas teóricos* da classe dominante. Neste caso em tela, tais premissas afetam profundamente no discurso e execução de políticas públicas para a educação. O autor propõe a conexão entre as formas

institucionalizações da Rede Federal, anterior a 2008, recomenda-se a leitura de Frigotto (2016), Caires e Oliveira (2016) e Fornari (2017).



**XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

de consciência histórica e a constituição da realidade histórica, o que possibilita reconhecer que as políticas públicas e as práticas educacionais são construídas sob uma base histórica de ideias, valores, e disputas políticas assentadas sob a produção de um modo de vida da sociedade.

Essas premissas ultrapassam as *formas históricas* imediatas, mas se estão no bojo da mediação da construção de relações sociais, sobretudo considerando o projeto hegemônico da sociedade, assim como as contradições que derivam de sua constituição histórica. Como podemos perceber essas premissas práticas no interior das mediações das políticas públicas para a educação técnica, tecnológica e profissional no Brasil, assim como a relação entre educação e trabalho delas derivadas (ou que as originam)?

O caminho de análise proposta por Ciavatta (2015), para o estudo da educação profissional no Brasil com base nas categorias do historiador Fernand Braudel, corrobora as leituras do método trazidas por Mészáros (2009). Para ela, a educação profissional é o *locus* mais visível da educação pelo trabalho. Assim, considerar a historicidade da educação profissional, para além de uma sucessão de fenômenos e acontecimentos, é se pautar em uma concepção dialética do espaço-tempo que trata os fenômenos sociais da vida humana em sua temporalidade complexa. Esta historicidade apresenta determinações estruturais que se desenvolvem de longa duração (como a própria dualidade estrutural), e também de média duração da conjuntura e do tempo breve dos acontecimentos (como a nova institucionalização da EPT como IFs).

As *premissas práticas* que se desenvolvem em várias temporalidades, mas sobretudo aquelas de *longa duração*, que permanecem nas diferentes manifestações do fenômeno da dualidade estrutural, devem ser apreendidas nas mediações que envolvem os caminhos de desenvolvimento do modo de produção capitalista no Brasil, e de suas contradições. Pois em suas especificidades estruturais e conjunturais, as relações de trabalho capitalistas não se dissociam das formas de educação que preparam os estudantes para o mundo do trabalho. Inclusive aquelas que se propõem como críticas e alternativas a certas determinações do capitalismo.

Nesse sentido, com base nas orientações teóricas e do método propostas por Mészáros (2009) e Ciavatta (2015) traz-se a discussão o desenvolvimento de duas categorias históricas, que se dão



**XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

historicamente enquanto premissas práticas que mediam seja a condução de políticas públicas para a educação tecnológica e profissional, seja a educação em geral no Brasil: a *dualidade estrutural* e a associação entre educação e o *capitalismo dependente*.

A dualidade estrutural na educação brasileira é alertada ainda na década de 1930, pelo Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova⁵, documento que sintetizava a militância pela educação pública e ampliada por um grupo de reformadores da educação, movimento denominado “Escola Nova” com base em princípios da sociologia de Durkheim e da educação pragmatista de Dewey. A crítica com base no referencial marxista, apresentado por educadores brasileiros a partir da segunda metade do século XX traz a análise da dualidade estrutural relacionada às inconciliáveis disputas de classe, e à contradição entre capital e trabalho no desenvolvimento do modo capitalista de produção. No qual a educação, como está diretamente relacionada à formação dos operadores para as diversas funções na divisão social do trabalho, não pode ser analisada apartada do desenvolvimento da ordem sociometabólica do capital.

Kuenzer (2005) afirma que a dualidade estrutural se constitui na definição de tipos diferentes de escola, destinado a estudantes segundo a origem de classe e o papel destinado na divisão social e técnica do trabalho: formação de pessoas ligadas à classe trabalhadora para empregabilidade no mercado de trabalho e formação para gerenciamento e administração da sociedade pelos representantes dos grupos dominantes. Para ela, a finalidade do trabalho pedagógico, articulado ao trabalho capitalista é o disciplinamento para a vida social e produtiva, em conformidade com as especificidades que os processos de produção, em decorrência do desenvolvimento das forças produtivas vão assumindo.

⁵ Naquele contexto, o manifesto do movimento escolanovista denunciara a existência de modelos distintos de educação para segmentos diferentes da sociedade, no qual se formalizava na institucionalização de um divórcio entre as entidades que mantinham o ensino primário e profissional e as que mantinham o ensino secundário e superior, “(...) concorrendo insensivelmente [...] ‘para que se estabeleçam no Brasil, dois sistemas escolares paralelos, fechados em compartimentos estanques e incomunicáveis, diferentes nos seus objetivos culturais e sociais, e, por isto mesmo, instrumentos de estratificação social’” (Manifesto, 2006, p. 197).



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

Numa sociedade edificada em relações de classe capitalistas, o caráter classista da dualidade estrutural é explicitado por pesquisadores em educação que mostram a proeminência das contradições e disputas entre trabalho e capital, desdobrando-se nas relações entre trabalho e educação que se concretizam em políticas educacionais e práticas pedagógicas. Conforme Saviani (2003), o desenvolvimento da divisão social do trabalho em decorrência do aprimoramento da revolução industrial, e a construção dos mecanismos de controle e gestão da produção por meio das teorias da administração científica taylorista tinha como base o aprimoramento relacionado ao tempo e movimento no processo produtivo, intensificando as atividades de treinamento e de canalização de seus esforços intelectuais para a otimização da produção. Ou seja, o conhecimento que o trabalhador domina deve ser aplicado e instrumentalizado durante o processo produtivo.

Para Harvey (2003), o controle do processo produtivo não se dá somente no ambiente imediato da produção – o local de trabalho – mas envolve a sociedade como um todo. Deste modo, a própria socialização, especialmente dos trabalhadores, envolve o controle social de suas capacidades físicas e mentais. Deste processo de contínuo aprimoramento da subsunção real do trabalho ao capital, a aplicação da ciência e da tecnologia ao processo imediato da produção capitalista apresenta-se como “força produtiva ao capital”, e não como “força produtiva ao trabalho”. (Marx, 1978, p. 55). Neste caso, esta subsunção da ciência e tecnologia ao desenvolvimento da produção capitalista é uma das condições essenciais para a contínua reprodução do modo de produção, não somente no âmbito imediatamente econômico, mas no campo das mediações simbólicas, ideológicas, culturais e políticas que constituem os laços de socialização. E pela educação formalizada em seus mecanismos das gerações mais adultas para educar as gerações mais novas (Durkheim, 2011), se repassam os modelos “possíveis” de sociedade, incluindo os novos paradigmas que buscam “atualizar” e continuar naturalizando os princípios da sociabilidade capitalista.

Deste modo, as modificações conjunturais do capitalismo, como por exemplo, as advindas da constituição da acumulação flexível do capital a partir da década de 1970, no qual para além das rotinas administrativas e produtivas no circuito da produção e consumo, se redesenham continuamente todo um modo de regulação do trabalho, em seu aparato jurídico, cultural e moral. Tais transformações, mediados pela relação entre capital e Estado, e sujeitas às transformações e



**XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

intensificações da contradição entre trabalho e capital, também se manifesta nas relações entre trabalho e educação, e consideravelmente, no seu *locus* mais visível (Ciavatta, 2015), a educação profissional.

Uma importante síntese quanto a essas determinações de longa duração – embora não se utilizando dessas denominações da teoria do historiador Fernand Braudel – está na obra de Florestan Fernandes (1975, 1981), ao recorrer a constituição do *capitalismo dependente* como característico do modelo de desenvolvimento no Brasil e no restante da América Latina. Fernandes (1975) afirma que o desenvolvimento capitalista na América Latina se adapta às estruturas de origem colonial, pré-capitalistas e dependentes, inicialmente das metrópoles europeias, e posteriormente dos agentes capitalistas internacionais e transnacionais. O autor afirma que a revolução burguesa que no entendimento da revolução burguesa que ocorre no Brasil deve-se procurar pelos “(...) agentes humanos das grandes transformações histórico-sociais que estão por trás da desagregação do regime escravocrata-senhorial e da formação de uma sociedade de classes no Brasil” (Fernandes, 1981, p. 20).

Para ele, no Brasil e na América Latina, as revoluções econômicas se desenvolvem em consequência da articulação econômica dependente com esses agentes exteriores, no qual, as classes privilegiadas e seus interesses definem sua posição em termos de relação mercantil. Considerável parte dos interesses dessas classes, além da manutenção de sua riqueza material, concentrara-se também na manutenção de *status quo*, geralmente com referências culturais e simbólicas de caráter aristocrático, constituído ao longo do passado colonial. Essa divisão “aristocrática” da sociedade também se manifesta no apartamento concreto das classes desfavorecidas dos processos decisórios oficiais, no aprofundamento das desigualdades sociais de ordem econômico, mas não somente no campo econômico, mas também no campo político de possibilidade de as classes desfavorecidas constituírem projetos de “revolução dentro da ordem”, como ocorrera no processo revolucionário burguês na Europa e nos Estados Unidos. Tais determinações do capitalismo dependente se materializam nas dificuldades de realização da ordem social competitiva do capitalismo nos países que vivenciam o desenvolvimento dependente do modo de produção, bem como dos mecanismos



XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

políticos de regulamentação social, como os princípios ampliados de participação popular na democracia liberal burguesa.

Assim, para reconhecer as determinações de longa duração própria do desenvolvimento capitalista – como a divisão social do trabalho classista que promove os mecanismos de manutenção da propriedade privada dos meios de produção, e assim condições para a reprodução do modo de capitalista – se entranham aquelas próprias do modelo de desenvolvimento dependente. A dualidade estrutural, portanto, agrega esses elementos históricos e estruturais, trazendo os elementos conjunturais do modo de produção, como por exemplo, sua adequação aos paradigmas produtivos hegemônicos, como os relacionados à acumulação flexível de capital.

Não significa pensar em um determinismo e fatalismo histórico. Pois considerando a ampliação dos IFs para o interior brasileiro, em regiões que não dispunham do acesso ao ensino tecnológico e profissional, e muitas vezes nem acesso ao ensino superior, novos agentes sociais, quali e quantitativamente (comunidades, setores produtivos e de serviços, movimentos sociais e políticos locais, agências de fomento e parcerias nacionais e internacionais, dentre outros) são envolvidos nessas instituições de ensino tecnológico e profissional, tendendo a influenciar as decisões e os caminhos de produção e execução de suas políticas e práticas educacionais. O que agrega outras e novas premissas práticas na realidade dessas escolas, seja no âmbito pedagógico, político e administrativo.

A dualidade estrutural e o capitalismo dependente, enquanto *premissas práticas* que vem se desenvolvendo historicamente, são categorias cujas constituições devem ser compreendidas nas propostas de integração entre educação e trabalho dos IFs, sobretudo para o reconhecimento do movimento dessa história em suas continuidades, rupturas e descontinuidades, em relação ao desenvolvimento anterior de políticas para a EPTT no Brasil.

III. Metodologia



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

A pesquisa está em andamento, e até o momento pauta-se na análise das pesquisas já realizadas sobre os Institutos Federais, especialmente aquelas que se centram na análise do movimento dialético das relações entre políticas educacionais. O movimento dialético fornece o caminho, ou seja, o método para o conhecimento e interpretação da realidade em seu caráter material e histórico. (Martins, 2009).

Considerando a diversidade de pesquisas realizadas, seja numa perspectiva de análise macrossociológica, ou mais próximas a estudos de casos específicos sobre cursos e modalidades de ensino dentro da EPTT desenvolvida nos IFs, procurou-se trazer para este debate as discussões que corroborem com o ponto de vista do método adotado neste trabalho, no sentido de compreender as premissas práticas, desenvolvidas sobretudo em tempos de longa duração, para a implementação das diretrizes para a integração entre trabalho e educação nestas instituições⁶.

IV. Análise e discussão dos dados

Para Oliveira (2013), ainda na década de 1990 – período de redemocratização da sociedade brasileira após o período da ditadura civil-militar – os Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs), por meio de suas comunidades escolares, passaram a discutir e produzir seu projeto político pedagógico, bem como um conceito de educação tecnológica, relacionados à integração entre educação e trabalho numa perspectiva crítica à naturalização e massificação da formação de estudantes para o mercado capitalista. Segundo ela mostra, os princípios marxianos e gramscinianos de educação tecnológica e educação unitária conduziram teórica e politicamente a constituição dessas propostas de ação pedagógica. Que se colocam numa posição questionadora à reprodução ampliada da dualidade estrutural na educação técnica e profissional.

⁶ A parte subsequente da pesquisa, em andamento, dispõe-se, a princípio, da análise crítica do discurso com base nos trabalhos de Fairclough (2001, 2012), que procurará realizar a discussão entre os discursos apresentados nos dispositivos legais e as representações dos agentes que constroem as práticas educacionais nos IFs. Cf: Fairclough, N. (2001). *Discurso e mudança social*. Brasília. 25 (2). UNB; Fairclough, N. (2012). Análise crítica do discurso como método em pesquisa social científica. *Linha d'Água*. 307-329.



**XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

De Marx, traz-se um sentido para a educação tecnológica pautado na formação unificadamente teórica e prática, oposta à divisão originária entre trabalho intelectual e trabalho manual. Tal unificação constituir-se-ia um pressuposto para a plena e total manifestação de si mesmo dos indivíduos, independentemente das ocupações específicas da pessoa (Manacorda, 2007, p. 48). Da leitura de Gramsci, apresenta-se contundentemente a ideia de escola unitária, constituindo-se em escolas de formação humanística, não no sentido tradicional, mas de “[...] inserir os jovens na atividade social, depois de tê-los elevado a um certo grau de maturidade e capacidade para criação intelectual e prática e a uma certa autonomia na orientação e na iniciativa” (Gramsci, 2001, p. 33-34). São estas bases que, conforme a autora, orientaram ao menos no discurso teórico e político os direcionamentos pedagógicos dos CEFETs (Oliveira, 2003).

Esse olhar para uma perspectiva crítica à dualidade estrutural conduziu, oficialmente, o discurso de constituição dos IFs, especialmente em seus momentos iniciais sob a gestão de Pacheco na Secretaria de Educação Tecnológica do Ministério da Educação (Fornari, 2017). No entanto, percebem-se que as premissas práticas, vinculadas à dualidade estrutural e ao capitalismo dependente tendem a se constituir nos IFs, assim como em suas políticas públicas e práticas educacionais.

Amorim (2013) afirma que, apesar da crítica ao modelo de desmatelamento da EPTT empreendida no governo Fernando Henrique, a criação dos IFs está associada a acordos e orientações internacionais seguidos pelo governo brasileiro na década de 2000. Desse modo, não se desvincula das premissas práticas do capitalismo dependente e da dualidade estrutural. A autora, ao relatar e analisar documentos e discursos políticos que fundamentam a criação dos IFs explicita que essa política do governo Lula está ligada aos interesses de organismos internacionais, como o Banco Mundial. Apesar de o discurso dos documentos oficiais versarem sobre uma crítica às políticas neoliberais e o curso para uma “nova política”, Amorim aponta que a criação dos Institutos está alinhada com as orientações do Banco Mundial, no que refere ao compromisso com a justiça social e o progresso econômico. Ainda afirma que embora os documentos que apontem para a construção dos IFs apontem para um tom de compromisso com a transformação social, enquanto uma rede própria, paralela ao sistema regular de ensino, “a criação dos tão proclamados institutos, ao que se afigura,



**XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

não representa uma proposta de superação do dualismo que caracteriza nosso sistema escolar, mas para a consolidação do mesmo” (Amorim, 2013, p. 102).

Fornari (2015), no mesmo sentido, ao estudar a relação entre a criação dos Institutos Federais e sua associação ao modelo de desenvolvimento do capitalismo dependente teorizado por Florestan Fernandes, afirma que os IFs mostram sua institucionalidade e finalidade intimamente articuladas às orientações do Banco Mundial, no qual não parecem ter sido “inventados” para atender as reais demandas da classe trabalhadora da sociedade brasileira, mas sim aos interesses e necessidades da etapa atual do desenvolvimento do capitalismo na periferia do sistema.

Tais demandas de formação profissional e tecnológica relacionadas às orientações externas e internas para atendimento do mercado e, também, do mercado do trabalho, assumidas na lógica da reestruturação produtiva, são ressaltadas por Ciavatta (2015) quando a autora levanta o fomento pelo governo brasileiro de planos como o PRONATEC⁷ (Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico), direcionados para os IFs e para as escolas técnicas do sistema S, em 2011. Para a autora, o PRONATEC segue outros que possuíram a mesma essência, como o PLANFOR, implementado de 1996 a 2003 pelo governo FHC, e o PNQ (Plano Nacional de Qualificação), criado pelo governo Lula em 2003. Assim sendo, os IFs tendem a atuar hegemonicamente no atendimento de demandas criadas para a EPTT, correlacionadas ao desenvolvimento do capitalismo dependente no Brasil.

Mészáros (2005) orienta a compreender que as reformas e soluções educacionais formais, muitas vezes aludidas por governos, movimentos sociais e outros agentes enquanto possibilidade de transformação, podem ser completamente *invertidas* se a lógica do capital permanece intacta. Para ele, o que existia antes do estabelecido pelas reformas, se não estiver de acordo com a lógica do capital, será reestabelecido, apresentando o fracasso no desafio à lógica do capital, pois não atinge ou modifica suas principais determinações estruturantes. O reformismo, para ele, “(...) tenta desviar a atenção das determinações *sistêmicas* [...] para discussões mais ou menos aleatórias sobre *efeitos* específicos enquanto se deixa a sua incorrigível *base causal* não só incontestavelmente permanente

⁷ O PRONATEC foi criado para realização de formação técnica e profissional rápida de trabalhadores (cursos de 150 a 200 horas) sob o discurso da necessidade de rápida inserção desses estudantes no setor produtivo, seja como trabalhadores assalariados ou empreendedores.



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

como também omissa” (Mészáros, 2005, p. 63-64). No caso brasileiro, os IFs enquanto mais uma das “soluções educacionais formais”, conforme as pesquisas de Ciavatta (2015), Frigotto (2016), Fornari (2015, 2017) e Amorim (2013), estão situados estruturalmente atrelados a essa lógica específica do caso brasileiro, tornando-se conservadores de certo modo.

Inseridos sobre determinações históricas da dualidade estrutural e do desenvolvimento do capitalismo dependente no Brasil e seus desdobramentos nas políticas públicas e também nas práticas educacionais realizadas nos IFs, é possível perceber e expor determinações do breve contexto dos institutos – o médio prazo proposto por Ciavatta (2015) –, sobretudo em relação ao aprofundamento da desigualdade e da hierarquização de alunos, áreas de conhecimento e cursos? Costa (2011) em sua dissertação de mestrado aponta algumas pistas da existência da *dualidade dentro da dualidade*, ou seja, na reprodução de desigualdades no interior dos IFs que seriam próprios do modelo de institucionalidade que se constituiu.

Para ela, já nos CEFETs, diferentemente do que preconiza o histórico da educação profissional brasileira em sua vertente de formação de operários e técnicos para o mercado de trabalho, houve a estruturação desse quadro de instituições educacionais que se propuseram a atuar na formação dos profissionais e intelectuais vinculados às posições de direção no país. Costa (2011) apresenta alguns possíveis encaminhamentos para compreender o desenvolvimento dessas diferenciações dentro dos Institutos Federais, entre cursos, modalidades e alunos.

A autora apresenta a tendência à produção de valoração entre cursos, discentes e modalidades, de acordo com o público que ingressa e suas finalidades de formação desenvolvidas dentro dos IFs. Se em sua origem, as escolas técnicas profissionais federais objetivavam a formação para o trabalho dos desafortunados, em sua atual reconfiguração, são múltiplas as finalidades que seus estudantes podem se pôr (e ser postos) como propósito: seja a formação rápida para a profissionalização, nos cursos de formação rápida, a educação para o ensino propedêutico e posterior disputa em vagas em Universidades, no ensino médio integrado, na graduação e na pós-graduação. É sabido que essas “escolhas” não são realizadas exclusivamente pelos indivíduos que procuram nesse modelo de instituição, mas possuem mediações que podem estar imbricadas nas determinações que reinventam



XXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

a dualidade estrutural nos IFs e conectam esse modelo de educação ao capitalismo dependente típico (nas palavras de Florestan Fernandes) do Brasil e da América Latina. Seriam, então, estas premissas práticas de média e curta duração, próprias do modelo do IF, porém vinculadas às determinações estruturantes do capitalismo dependente e da dualidade estrutural.

As evidências apontadas por estes autores nos mostra que a almejada integração entre trabalho e educação, embora se coloque assumida em discursos oficiais destas instituições numa perspectiva de educação libertária e emancipatória, crítica à reprodução ampliada da dualidade, tendem a se constituir sob as premissas práticas do modelo de EPTT, no qual a formação do estudante tende a se voltar para a divisão social do trabalho imediatamente vinculada aos interesses de mercado – mesmo que em transformação em decorrência das mudanças proporcionadas pela reestruturação produtiva.

Assim, embora as propostas de integração entre vida e trabalho se disponha nos planejamentos institucionais dos IFs e seus documentos normativos até mesmo sob um discurso de educação politécnica e libertadora, os autores nos mostram que a dualidade estrutural tende a se reinventar em decorrência do não-rompimento com a lógica das premissas práticas atreladas à própria dualidade e ao capitalismo dependente. Deve-se ainda considerar a assertiva de Kuenzer (2005), que condiz as possibilidades de transformação e ruptura com a dualidade estrutural:

[...] enquanto não for historicamente superada a divisão entre capital e trabalho, o que produz relações sociais e produtivas que têm a finalidade precípua de valorização do capital, não há possibilidade de existência de práticas pedagógicas autônomas; apenas contraditórias, cuja direção depende das opções políticas da escola e dos profissionais da educação no processo de materialização do projeto político-pedagógico. (Kuenzer, 2005, p. 90-91, grifos da autora).

Todavia, é necessário reconhecer a existência de dinâmicas dentro da própria estrutura, e o movimento dialético das relações sociais. Frigotto (2016) reconhece a importância dos IFs como oportunidade para milhares de jovens brasileiros terem acesso “(...) nas diferentes modalidades e níveis de ensino, num país que sempre se negou à maioria aos filhos dos trabalhadores o direito à educação básica de nível médio é em si um ganho extraordinário” (Frigotto, 2016, p. 17). Deve-se reconhecer que as contradições que se apresentam na estrutura desse modelo de educação também podem se desenvolver em suas práticas educacionais, permitindo a inserção de espaços de resistências.



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

Embora as premissas práticas continuem se baseando estruturalmente na reprodução da dualidade estrutural, a apropriação dos IFs por representantes dos grupos mais desfavorecidas econômica e culturalmente tende a colocá-los diretamente em espaços de realização e concretização das disputas em que se desenvolve a trajetória da educação brasileira.

V. Considerações Finais

A integração entre educação e trabalho, nesse sentido, embora trazido nos discursos institucionais enquanto parte de uma proposta inovadora e emancipatória, tendem a seguir as determinações das premissas práticas, sobretudo as de longa duração, no desenvolvimento da EPTT no Brasil. Corroborando desse modo as ações dos agentes hegemônicos do capitalismo, como o Banco Mundial, por exemplo, assim como inserindo a formação técnica, tecnológica e profissional no contexto das transformações das relações de trabalho, em conformidade com dinamismos da reestruturação produtiva do capitalismo.

Mesmo concordando com a perspectiva de Mészáros (2005) de que a necessidade de efetiva transformação numa lógica que se desenvolva para além da educação formal e para além do capital, acredita-se que compreender essas novas/outras mediações que podem se desenvolver na instituição da dualidade estrutural no interior dos Institutos Federais é salutar para apreender inclusive as contradições em desenvolvimento. Sobretudo pelo fato de reconhecer a apropriação destas escolas por pessoas pertencentes a grupos historicamente desfavorecidos, em um país em que a educação não se conformou como direito real (e até mesmo formal) para a maior parte de sua população.

Entender esses mecanismos da dualidade estrutural nos IFs pode inclusive corroborar o entendimento de como as classes e grupos desfavorecidos e privilegiados se apropriam e se utilizam dessas escolas, o que pode fornecer pistas para reconhecer suas principais condições (e também) contradições estruturantes. E, deste modo, fornecer uma base teórica, com base na realidade concreta, para entender estes dinamismos, e até mesmo, ao compreender melhor sua natureza, poder refletir sobre caminhos para o controle destes dinamismos, também pelas classes trabalhadoras.



XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

VI. Bibliografía

Amorim, M. M. T. (2013). *A organização dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia no Conjunto da Educação Profissional Brasileira*. (Tese de Doutorado). Faculdade de Educação. Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte. Brasil.

Ciavatta, M. (2015). *O trabalho docente e os caminhos do conhecimento. A historicidade da educação profissional*. Rio de Janeiro: Lamparina.

Costa, A. M. (2011). *Educação Profissional e interiorização: o caso de Volta Redonda como expressão do nacional*. Faculdade de Formação de professores. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Volta Redonda. Brasil.

Fernandes, F. (1975). *Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina*. São Paulo: Zahar.

Fernandes, F. (1981). *A revolução burguesa no Brasil. Ensaio de interpretação sociológica*. 3ª ed. Zahar: Rio de Janeiro.

Fornari, L. T. (2015). *Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia: apontamentos histórico-sociais. 17º Congresso Brasileiro de Sociologia; 20 a 23 de julho, UFRGS, Porto Alegre*. Brasil.

Fornari, L. T. (2017). *Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia: possibilidade para contribuir com a emancipação humana*. (Tese de Doutorado). Programa de Pós-graduação em Sociologia Política. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis. Brasil.

Frigotto, G. (org). (2016). Rio de Janeiro: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e Fundação de Amparo a Pesquisa do Rio de Janeiro (FAPERJ). *Os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia e sua Relação com o Ensino Médio Integrado e o Projeto Societário de Desenvolvimento (2003 – 2014)*. Universidade Federal Fluminense. Rio de Janeiro.

Durkheim, E. (2011). *Educação e Sociologia*. Petrópolis: Vozes.

Gramsci, A. (2001). Os intelectuais e o princípio educativo. *Cadernos do Cárcere. Volume. 2*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira

Harvey, D. (2003). *Condição pós-moderna*. 12ª ed. São Paulo: Edições Loyola.

Kuenzer, A. (2005). Exclusão Incluyente e Inclusão Excludente: a nova forma de dualidade estrutural que objetiva as novas relações entre educação e trabalho. In: Lombardi, J. C. Saviani, D. Sanfelice, J. L. *Capitalismo, Trabalho e Educação*. 3ª ed. Campinas: Autores Associados.

Manacorda, M. A. (2007). *Marx e a pedagogia moderna*. Campinas: Alínea.

Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova. (2006). *HISTEDBR On-line*. Campinas. 188-203.



**XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

Marx, K. (1978). *O Capital. Livro I. Capítulo VI Inédito*. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas LTDA.

Martins, L. S. (2009). *A identidade política dos profissionais das universidades públicas federais e as transformações do mundo do trabalho*. (Tese de Doutorado). Faculdade de Educação. Universidade Federal de Goiás. Goiânia. Brasil.

Mészáros, I. (2005). *A educação para além do capital*. São Paulo: Boitempo.

Mészáros, I. (2009). *Estrutura Social e Formas de Consciência. A determinação social do método*. São Paulo: Boitempo.

Oliveira, M. A. M. (2003). *Políticas públicas para o ensino profissional. O processo de desmantelamento dos CEFETS*. Campinas: Papirus.

Saviani, D. (2003). O choque teórico da politecnia. *Trabalho, Educação e Saúde*. 1 (1). 131-152.